



CRESCER BRASIL



País precisa avançar na industrialização



Alberto César Araújo/Folha Imagem

Nova etapa do projeto da FNE que propõe um plano nacional de desenvolvimento identifica recuo em setor essencial à expansão econômica. Incentivo à inovação e adensamento de cadeias produtivas estão entre medidas sugeridas.

Páginas 2 e 5

Ambiente

Defesa do Cerrado é tema de seminário em Goiânia

Página 4

Sindical

Luta pelo piso profissional está em pauta em todo o País

Página 3

Operários trabalham em linha de montagem de TV digital, na Zona Franca de Manaus: para além desse processo, é preciso investir na produção nacional de máquinas e componentes.

De olho no futuro

Engenheiro traz nesta edição matéria sobre a mais recente publicação do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, intitulada “Novos desafios”. No estudo produzido por especialistas e debatido pelas lideranças ligadas à FNE, um importante diagnóstico da necessidade premente de combater a desindustrialização precoce que aflige o Brasil. São urgentes medidas para estimular a produção, como o incentivo à inovação.

Também no contexto da pauta voltada ao futuro, aconteceu em 6 de junho, em Goiânia, seminário discutindo a necessidade de se preservar o Cerrado, bioma que tem mais de 12 mil espécies catalogadas. Sem possibilidade de recuperação, é urgente estancar o desmatamento.

Em discussão ainda os agrotóxicos, cujo uso indiscriminado representa risco à saúde humana e ao meio ambiente. A polêmica fica entre os que defendem controle na aplicação e os que propõem banimento total dessas substâncias.

No campo sindical, um giro pelo País dá conta da luta por remuneração justa para engenheiros e arquitetos que atuam nas administrações diretas dos municípios e estados. Importantes conquistas já foram obtidas, mas ainda falta garantir o direito a muitos profissionais.

Em entrevista, João Felício, o primeiro brasileiro a presidir a Confederação Sindical Internacional (CSI) fala sobre a agenda da entidade. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

Nova etapa do “Cresce Brasil” aponta rumos para que o País avance

Segue a luta pelo desenvolvimento

Murilo Celso de Campos Pinheiro

CHEGA A UMA nova etapa com a publicação intitulada “Novos desafios”, que circula a partir deste mês, o Projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE em 2006. Criada frente a uma realidade de estagnação econômica, a iniciativa desde então tem o objetivo de propor a discussão sobre a necessidade e a possibilidade de se expandir a economia nacional de forma sustentável e com distribuição de renda. As premissas básicas da proposta eram a meta de ampliação do Produto Interno Bruto (PIB) de 6% ao ano, com 25% de investimentos públicos e privados, e uma administração da macroeconomia de forma a reduzir juros e estimular o gasto produtivo.

Uma primeira fase desse esforço passou por apontar a necessidade de investimento em infraestrutura, cujas deficiências representavam sérios gargalos. A instituição do Programa de Aceleração do Cresci-

mento (PAC), em 2007, de certa forma respondeu a essa demanda e estimulou a economia. Ainda, medidas de distribuição de renda, sobretudo a valorização do salário mínimo, acertadamente garantiram o fortalecimento do mercado interno, o que serviu inclusive como anteparo frente à crise financeira que varreu o mundo a partir do segundo semestre de 2008.

Hoje, deparamo-nos com um duplo desafio: dar continuidade ao esforço de melhorar a infraestrutura nacional, ainda seriamente insuficiente apesar dos progressos feitos, e buscar o avanço industrial, sem o qual não escaparemos ao subdesenvolvimento. Apesar da importância gigantesca da agricultura, um país com tais dimensões e complexidades não poderá viver eternamente da venda de commodities se quiser transformar-se numa nação em que haja condições de vida digna para todos e com inserção qualificada no panorama global.

Partindo desse pressuposto, os engenheiros brasileiros, por meio do projeto “Cresce

Brasil”, incluem na sua pauta de debates com os governantes, parlamentares e a sociedade em geral a necessidade de reindustrializar o Brasil, com inovação e ganhos de produtividade. Dar conta dessa tarefa implica tomar medidas corretas na área econômica e estabelecer uma política de Estado estrategicamente voltada a tal objetivo, por exemplo adensando cadeias produtivas promissoras. É urgente também investir em pesquisa e desenvolvimento.

Publicação elaborada a partir de notas técnicas produzidas por especialistas e debates com os profissionais alerta para necessidade de combater desindustrialização.

Por fim, é preciso que se pense na mão de obra essencial a alcançar tais metas. Um dado positivo é que, desde 2006, quando teve início o “Cresce Brasil”, houve significativo aumento da procura pelos cursos de engenharia por parte dos jovens estudantes. De um patamar de 30 mil concluintes por ano, saltamos para cerca de 54 mil, em 2012, conforme dados do censo do ensino superior do Ministério da Educação (MEC). É necessário manter a dinâmica que estimule as carreiras voltadas ao desenvolvimento e ponto essencial nesse sentido é a valorização profissional, que inclui remuneração justa, condições adequadas de trabalho e reconhecimento. A FNE apresenta assim à sociedade e, especialmente, aos candidatos nas eleições deste ano, uma proposta de debate sobre o futuro do Brasil. Convidamos todos a integrá-lo.

Murilo Celso de Campos Pinheiro é presidente da FNE

MARINGONI



ENGENHEIRO – Publicação mensal da Federação Nacional dos Engenheiros

Diretor responsável: Murilo Celso de Campos Pinheiro. **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, Carlos Bastos Abraham, Antonio Florentino de Souza Filho, Luiz Benedito de Lima Neto, Manuel José Menezes Vieira, Disneys Pinto da Silva, Maria de Fátima Ribeiro Cú, Thereza Neumann Santos de Freitas, Flávio José A. de Oliveira Brizida, Maria Odineá Melo Santos Ribeiro, Modesto Ferreira dos Santos Filho, Gerson Tertuliano, Clarice Maria de Aquino Soraggi, José Luiz Bortoli Azambuja, Sebastião Aguiar da Fonseca Dias, Wissler Botelho Barroso, José Ailton Ferreira Pacheco, Augusto César de Freitas Barros, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo, José Luiz dos Santos, Edson Kiyoshi Shimabukuro, José Carlos Ferreira Rauen, Lincoln Silva Américo, João Alberto Rodrigues Aragão, Marcos Luciano Camoelas, Gracindo Marques. **Editora:** Rita Casaro. **Revisora:** Soraya Misléh. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Sede:** SDS Edifício Eldorado, salas 106/109 – CEP 70392-901 – Brasília – DF – **Telefone:** (61) 3225-2288. **E-mail:** imprensa@fne.org.br. **Site:** www.fne.org.br. **Tiragem:** 10.000. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** julho de 2014. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da FNE.



Categoria mobiliza-se para conquistar remuneração justa nas Prefeituras e governos estaduais

Luta pelo piso continua na pauta

Deborah Moreira

É permanente a luta de engenheiros e arquitetos nas administrações públicas de todo o País para o cumprimento do piso das categorias compatível com a Lei 4.950-A/66, que o estabelece em seis salários mínimos para jornada de seis horas e nove para oito. A mobilização tem rendido vitórias. No município de Teresina, os 133 profissionais conquistaram, no dia 24 de junho, reajuste na tabela de vencimentos e ampliação da gratificação de responsabilidade técnica. Com isso, ficou definido o valor inicial pago a um engenheiro ou arquiteto de R\$ 4.344,00 para seis horas diárias de trabalho, além do adicional de R\$ 550,00 devido à função.

O Senge Piauí, que liderou a luta na capital, pretende agora estender a conquista para outras localidades e para os órgãos da administração direta do governo do estado, no qual, segundo levantamento do sindicato, a situação ainda é bastante preocupante, com salários que não chegam à metade do piso estipulado em lei. Conforme a entidade, o Executivo conseguiu aprovar um Plano de Cargos e Salários em 2012 que desrespeita a norma federal e determina o vencimento inicial de cerca de R\$ 2.100,00 para os engenheiros.

Em boa situação estão os cerca de 270 engenheiros e arquitetos – sendo os primeiros maioria – que atuam no governo do Mato Grosso do Sul, com a aprovação, em maio último, de projeto que eleva o piso para R\$ 9 mil, a partir de dezembro de 2014. Os ganhos do servidor podem chegar a R\$ 22 mil no final da carreira. Os 54 engenheiros que atuam no município de Campo Grande também foram beneficiados neste ano, com uma gratificação adicional de 105%, que, na prática, aumenta para R\$ 6 mil o salário inicial. Em 2013, o acréscimo era de 40%.

Trinta dos 42 engenheiros do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do estado de Alagoas conquistaram recentemente uma gratificação que eleva



No centro da mesa, Murilo Pinheiro, presidente da FNE, e Tião Viana, governador do Acre, em reunião no gabinete desse último para tratar da lei que reajusta piso salarial do engenheiro servidor no estado, garantido pela Lei Cartaxo.

o rendimento mínimo a R\$ 6 mil. Na Prefeitura de Maceió, o salário supera o piso legal, chegando a R\$ 12 mil. “Mas, no estado, apesar das diversas reuniões com o governo, não conseguimos implementar a isonomia salarial”, lamenta o presidente do Senge Alagoas, Disneys Pinto da Silva.

No estado do Ceará, também no DER, observa-se que a mais recente seleção pública para geógrafo, engenheiro civil, agrônomo e mecânico prevê remuneração de R\$ 6.441,00 para 40 horas semanais. No entanto, o Senge-CE adverte que essa não é a realidade para a maioria, apesar de existir uma legislação específica para engenheiros e geólogos para assegurar o piso. Segundo a entidade, alguns servidores estaduais têm conseguido garantir a remuneração por meio de decisões judiciais. O mesmo ocorre no município de Fortaleza.

No Amapá, os funcionários públicos representados pelo Senge-AP conquistaram, em 2010, equiparação dos rendimentos à Lei 4.950-A/66, tanto no estado quanto no município de Macapá. Apesar da vitória, informou o presidente da entidade, Lincoln Américo, com o passar do tempo, a remuneração dos profissionais já está defasada. Para reverter a situação, tramitam duas ações na Justiça contra o estado, contestando

os valores pagos nos últimos anos, abaixo dos nove salários mínimos.

Desde janeiro deste ano, os cerca de 600 trabalhadores do estado do Acre recebem piso salarial de R\$ 7 mil, após aprovação unânime, histórica, em novembro de 2013, do projeto de lei do Executivo que altera a Lei 2.021 de 2008, batizado de Lei Cartaxo, em homenagem ao deputado Francisco Cartaxo (PT), autor da proposição pioneira sobre o tema, falecido em 2006. Na versão original, a legislação, que regulamenta as carreiras de engenheiros, tecnólogos, arquitetos, geógrafos, geólogos, médicos veterinários e zootecnistas, naquele estado, não assegurava reajuste, garantido no PL deste ano. “Para aprovar a primeira versão, fizemos uma forte mobilização em 2008. Depois, foi preciso uma greve de 30 dias, entre abril e maio de 2012”, relata o presidente do Senge-AC, Sebastião Fonseca.

Aquém do mínimo

Em boa parte dos 18 estados onde há sindicatos dos engenheiros filiados à FNE, os concursos públicos mais recentes oferecem rendimentos aquém do estabelecido pela lei federal. Como os dos governos dos estados do Tocantins, que ofereceu sa-

lário de R\$ 2.600,00 aos engenheiros, e de Mato Grosso, no ano passado, de cerca de R\$ 2 mil. De acordo com o presidente do Senge-MT, Luiz Benedito de Lima Neto, o problema atinge os servidores em início de carreira. “Após uns dois anos, o valor atinge o mínimo profissional. Mesmo assim, não tem sido suficiente para manter o funcionário público na carreira. A rotatividade está muito alta na administração pública”, avalia.

Infração semelhante ocorreu em Brusque, Santa Catarina, onde o edital de concurso público 08/2013 oferecia pagamento equivalente a quatro salários mínimos para 40 horas de jornada semanal. O Senge-SC enviou documento à administração municipal apontando o descumprimento da lei federal.

Planos de carreira atendem ao pleito dos profissionais em vários municípios, demonstrando ser possível respeitar a lei que define o salário mínimo dos engenheiros.

No Distrito Federal, conforme relata o presidente do Senge-DF, Brasil Américo Louly Campos, tem sido difícil obter conquistas no setor público, que ainda são localizadas. “Há cerca de três anos, conseguimos reverter, a partir de ações na Justiça, os rendimentos dos engenheiros do Metrô e dos Correios”, relata.

Na cidade de São Paulo, após uma greve de 15 dias, entre 27 de maio e 11 de junho, cerca de 1.400 servidores tentam convencer a Câmara de Vereadores e a Prefeitura a aprovarem e sancionarem legislação que melhore sua remuneração básica, hoje de R\$ 1.857,26, sem gratificações, ainda sem sucesso.

Discussão realizada aponta necessidade de se proteger bioma antigo e rico em diversidade

É urgente preservar o Cerrado

Rita Casaro

Buscar formas de se evitar a devastação total do segundo maior bioma da América do Sul, que ocupa área de 2.036.448km², cerca de 22% do território nacional, e está presente nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, foi tema do seminário promovido pela FNE e pelo Senge Goiás, no dia 6 de junho último, na cidade de Goiânia. Realizado no auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), o evento teve como mote a busca de propostas que visem a preservação e o desenvolvimento sustentável do Cerrado, hoje ameaçado pelo agronegócio em expansão no Centro-Oeste brasileiro. Conforme apontou o presidente do Senge, Gerson Tertuliano, na abertura do evento, não se trata de banir a atividade econômica, “que garanta crescimento de 10% ao Estado”, mas de buscar uma solução que evite a destruição.

“A nossa discussão hoje está voltada a uma área que precisa ser preservada”, reforçou o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro. Para ele, o ano eleitoral deve ser aproveitado para que se pense a política de forma construtiva. “Devemos elaborar propostas aos nossos candidatos”, conclamou. O coordenador do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, Fernando Palmezan Neto, reforçou o papel da iniciativa da FNE de “trazer o debate dos temas, ainda que conflitantes”, para se chegar à elaboração de ideias a serem apresentadas aos governos e à sociedade. O secretário estadual de Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, João Balestra, mostrou-se aberto às sugestões da engenharia. “Seminários como esse são importantes para que o governo tenha mais motivação e responsabilidade para agir.”

Para o vice-presidente do Crea, Celen Rezende, tomar uma atitude em defesa do Cerrado, cujo desmatamento já atingiu 47%, é obedecer à lógica: “É a



Na sessão de abertura do evento, autoridades apontam necessidade de agir para evitar desmatamento.

savana mais rica do mundo. Preservá-la é questão de bom senso. Só deveria ser explorado de forma sustentável.”

Daniel Viana Júnior, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 18ª Região, indicou como fundamental a disseminação da informação sobre o bioma. “O Cerrado representa 1,2% da área global do planeta, o que dá a dimensão de sua importância. Você cuida do que ama e, para isso, precisa conhecer”, ponderou. O vice-reitor da Universidade Federal de Goiás (UFGO), Manoel Rodrigues Chaves, destacou o acerto do evento promovido pelo Senge e pela FNE. “O mais importante é o que se aponta aqui: diagnóstico e propostas.”

Parlamento e recursos hídricos

Iniciando as palestras do seminário, a deputada federal Marina Sant’Anna (PT-GO) ressaltou o fato de o Cerrado compreender espaços urbanos e não só rurais, assim como áreas indígenas e quilombolas, onde a preservação tem qualidade muito superior, daí a importância de se garantir a existência dessas comunidades também como forma de proteger o bioma. Para a deputada, nesse sentido, é preciso combater a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que tira da

União a decisão quanto à demarcação de terras, passando-se a exigir votação pelo Congresso Nacional. “Se for aprovada, nunca mais os nossos povos originários terão suas terras demarcadas.”

A parlamentar falou também sobre o Projeto de Lei 6.324/2013 de sua autoria, que estabelece o regime jurídico do bioma Cerrado, que visa sua proteção.

O engenheiro eletricista e hidrólogo Marcos Correntino da Cunha apresentou um quadro preocupante quanto aos recursos hídricos, de forma geral, inclusive no Cerrado. Entre os problemas, ele listou a oferta insuficiente e o controle inadequado com 1 bilhão de pessoas sem acesso à água potável e 2,5 bilhões sem saneamento, situação responsável por 21 das 30 principais doenças do mundo. Para o especialista, embora o Brasil esteja entre os países considerados ricos nesse precioso bem, o uso inadequado pode gerar problemas como o já registrado desde 1990: no Cerrado de Minas Gerais desapareceram 558 dos 1.138 cursos d’água.

Ameaça e desenvolvimento

“O Cerrado é diferente de todos os ambientes do mundo, já existia no início do Cenozoico. Tem no mínimo 65 milhões de anos. É, portanto, o capítulo mais antigo da

história da Terra.” Com essa descrição, o professor-doutor em Arqueologia Pré-histórica da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Altair Sales Barbosa, buscou chamar a atenção da plateia para a dramática necessidade de se preservar um bioma que não pode ser resgatado. “Das 12.365 espécies já classificadas, produzem-se em viveiro menos de 180. A flora tem sistema radicular complexo que impede a transplantação”, completou. Ainda segundo o pesquisador, o Cerrado abriga as três maiores reservas de água subterrânea do mundo: os aquíferos Guarani, Bambuí e Urucuia.

Na opinião de Barbosa, a grande agressão ao Cerrado, cujos efeitos não podem ser revertidos, deu-se pela entrada do grande capital multinacional voltado ao agronegócio na região.

Com mais de 12 mil espécies catalogadas, a savana mais rica do mundo já perdeu 47% de sua cobertura vegetal no País. Sem possibilidade de recuperação, evitar devastação é imperativo.

Visão antagônica foi apresentada pelo pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Paulo Estevão Cruvinel. “A grande questão hoje é achar caminhos para que a vida continue existindo no mundo”, ponderou. Para ele, é fundamental nesse sentido criar um sistema de cooperação que fortaleça as instituições e a coletividade. Como estratégia, o pesquisador propõe investimento em conhecimento para se obterem ganhos de produtividade e maior valor agregado na produção de alimentos. Cruvinel defendeu ainda ações para recuperação de florestas nativas.

Também participou do seminário o engenheiro agrônomo Jales Chaves Filho, que falou sobre a função ornamental da vegetação do Cerrado.

FNE lança mais uma etapa do seu projeto à nação, a ser entregue aos candidatos em 2014

Novos desafios ao País e aos engenheiros

Soraya Misleh

“Ao mesmo tempo em que é vital dar continuidade aos esforços de ampliação e modernização da infraestrutura de serviços públicos e de apoio à produção – mote central das etapas anteriores do projeto ‘Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento’ e que se mantém plenamente atual –, um novo desafio agora integra o cenário nacional: o da desindustrialização.” Com esse diagnóstico, abre-se o primeiro texto de mais uma etapa do “Cresce Brasil”, desta vez sob o mote “Novos desafios”. A iniciativa da FNE, lançada em 2006, vem sendo atualizada desde então. O documento de 2014 que dá continuidade ao projeto dos engenheiros ao desenvolvimento nacional sustentável com distribuição de renda, a exemplo dos anteriores, será entregue aos candidatos a Presidente, a governadores, bem como aos Legislativos nacionais e estaduais. A ideia é trazer as contribuições da categoria aos seus programas de gestão.

Segundo Artur Araujo, consultor do “Cresce Brasil”, que compilou as notas técnicas que compõem a atual versão e a redigiu, “sua grande adição é o tema da produção industrial”. Ele aponta como prioridades identificadas agora “evitar a desindustrialização precoce em curso, adensar as cadeias produtivas e, sobretudo, inovar e agregar tecnologia, ao que o papel do engenheiro é estratégico”. De acordo com o especialista, tais demandas partem da premissa de que o aumento do poder aquisitivo do brasileiro nos últimos tempos não foi acompanhado na mesma velocidade e intensidade pela produção interna. Como consta do documento, é preciso ainda, para tanto, “valer-se criativamente das vantagens competitivas nacionais e da pujança potencial do mercado interno brasileiro”.

Diante do quadro atual, consequentemente, diz Araujo, “quem tem levado vantagem é o produtor externo”. Na nova versão do “Cresce Brasil” é evidenciado esse problema: “A participação de itens

importados no consumo brasileiro de máquinas e equipamentos cresceu de 52% em 2007 para 66% em 2013.” A nota técnica que reúne tais informações foi elaborada pelo economista e professor-doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Antonio Corrêa de Lacerda, a qual indica a disparidade em âmbito



Publicação aponta urgência em enfrentar desafio da produtividade e reindustrialização nacional, para País continuar na rota do desenvolvimento.

nacional: “Tendo como base a média de 2004, a produção física da indústria, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu apenas 18% no acumulado. Em contrapartida, o consumo, medido pelas vendas reais do comércio ampliado (que inclui construção civil e automóveis), cresceu, no mesmo período, 97%.” Ou seja, as medidas que garantiram esse resultado, apresentadas no documento – “contínuos ganhos reais dos salários e dos programas estatais de transferência de renda, (...) políticas governamentais de

desoneração tributária, redução de juros e ampliação de crédito” – não foram acompanhadas pelo enfrentamento do desafio da produtividade no País. A mesma análise demonstra que o problema não tem origem na falta de capacidade instalada: “No mesmo período, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) identifica uma ociosidade média de 20% do parque produtivo.”

Para o coordenador do “Cresce Brasil”, Fernando Palmezan Neto, isso faz com que o País se mantenha na posição de exportador essencialmente de *commodities*. Discutir a fundo a questão, de modo a solucionar esse gargalo, a que não se percam oportunidades, inclusive internacionalmente, é o grande salto da etapa atual, na sua ótica.

Retomar o crescimento

Enfrentar essa questão é crucial diante de um cenário de estagnação econômica e diminuição de investimentos públicos fundamentais. “De 2007 para cá, o Brasil não está crescendo e aparentemente a perspectiva de expansão se reduz por certa crise de confiança do empresariado”, salienta o coordenador técnico do “Cresce Brasil”, Carlos Monte. Ele destaca também o fato de a inflação estar “aparentemente alta e ser vista como ameaça, levando o governo à política agressiva de aumento de juros”. E de a “agroindústria do álcool, por força da contenção no preço da gasolina e do diesel, ter piorado muito, o que deve ser resolvido com a medida anunciada pelo governo de aumentar a participação do etanol na mistura com a gasolina”. Não obstante, complementa ele, “o pré-sal está demorando a maturar, o que já era esperado”. Por outro lado, diz, “a geração de empregos vai bem, as reservas externas estão elevadas e os programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida são exitosos”. Ele resume o objetivo nessa etapa: “Manter o que está indo bem e melhorar o que não está.” No esforço para tanto, além de se debruçar sobre o tema da produção industrial,

o “Cresce Brasil – Novos desafios” recupera e amplia propostas ao desenvolvimento da infraestrutura nacional. Monte sintetiza os desafios principais nesse quadro: “Continuar desenvolvendo o pré-sal e o plano de investimentos em transporte (estradas de ferro, hidrovias, portos etc.) e telecomunicações; manter a geração de emprego formal e os programas sociais (agregando por exemplo

Além de dar continuidade aos esforços de ampliação e modernização da infraestrutura, versão atual debruça-se sobre medidas para combater desindustrialização precoce em curso.

o ‘Internet para todos’, à universalização da banda larga); e adensar principalmente as cadeias produtivas industriais ligadas ao desenvolvimento da infraestrutura.” Sobre o último ponto, ele exemplifica: “Na área de transportes, para fabricação de trilhos, hoje integralmente importados, e em petróleo, de componentes para navios e plataformas.”

O coordenador técnico da iniciativa da FNE cita ainda que é preciso, no caso dos portos, “diminuir a burocracia alfandegária, aprimorando o programa ‘Porto sem papel’, e continuar a estimular a indústria da construção naval (que hoje conta com 14 estaleiros em funcionamento)”. Além disso, considera essencial valorizar e fortalecer iniciativas voltadas ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação e à capacitação de engenheiros, como o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), mantido pelo Seesp com o apoio da federação – que oferecerá o primeiro curso de graduação em Engenharia de Inovação do País. E “retomar o clima de otimismo”, de modo a ampliar as inversões em âmbito nacional.

Confira a publicação
“Cresce Brasil + Engenharia
+ Desenvolvimento – Novos desafios”
em www.crescebrasil.org.br

SC

Ciclo de debates “Cresce Santa Catarina”

Com a finalidade de discutir caminhos para ampliar o desenvolvimento, foi promovido em maio último o ciclo de debates “Cresce Santa Catarina”, uma iniciativa do Senge-SC e da FNE com realização do Diário Catarinense/Grupo RBS e apoio da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc). Foram quatro semanas de debates, que tiveram início com palestra do economista Paulo Rabello de Castro sobre oportunidades e desafios econômicos no Brasil. Anita Pires, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Eventos, abordou o turismo no estado, destacando o papel da engenharia no esforço de alavancar o setor. Os desafios da



Presidente do Senge-SC, José Carlos Rauhen (3º da dir. à esq.): mesa discute caminhos para ampliar o desenvolvimento.

infraestrutura foram tema da terceira semana, com o consultor econômico e PhD em economia pela Universidade de Yale (EUA), Raul Velloso. A crise no cenário energético do País e de Santa Catarina foi o quarto e último assunto, com Glauco José Corte, presidente da Fiesc. Ao encerrar, o presidente do Senge, José Carlos Rauhen, enfatizou a importância da iniciativa para que a sociedade possa cobrar as ações necessárias dos governantes a serem escolhidos nas eleições gerais de 2014. Para o vice-presidente da FNE e diretor do Senge-SC, Carlos Bastos Abraham, a atividade demonstrou o compromisso da engenharia com um Brasil mais viável.

AL

Discutir problema de esgoto em Maceió



Representante do Senge no Crea-AL, Bezerra pediu ao plenário uma sessão para tratar do sistema de esgoto.

O representante do Senge-AL no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas (Crea-AL), Marcos Bezerra, solicitou ao plenário da instituição uma sessão extraordinária para debater o “Sistema de esgotamento sanitário de Maceió”. A ideia é que participem representantes da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), das Secretarias Municipais e Estaduais de Infraestrutura e Meio Ambiente e do Ministério do Meio Ambiente. Na opinião de Bezerra, é preocupante a situação da Casal, que enfrenta dificuldades financeiras. “A Casal está sozinha, precisa de apoio do órgãos para termos um resultado positivo. As estações de tratamento do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) são um dos maiores problemas, pois não possuem tratamentos adequados”, afirmou.

RS

Alerta sobre cargos de responsabilidade técnica

O Senge Rio Grande do Sul tem advertido o governo do estado sobre os riscos de se ter profissionais sem habilitação para o exercício de cargos técnicos na administração pública. No dia 11 de junho último, o sindicato enviou nova correspondência ao governador Tarso Genro requerendo a revisão da nomeação do diretor técnico da Companhia Riograndense de Saneamento, graduado em Teologia. Outros avisos foram referentes à Companhia Riograndense de Mineração, em que

um advogado atua na diretoria técnica, e à Secretaria Estadual de Obras Públicas, caso em que o governo compreendeu o problema e substituiu um advogado por um engenheiro. O Senge reconhece como legítima a indicação política para cargos de confiança. Porém, considera fundamental que esses profissionais tenham formação compatível com os cargos que ocupam e habilitação para exercê-los. No caso das diretorias técnicas, a posição se sustenta na Lei Federal nº 5.194/66 e

na Resolução 430 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), que regulamenta a ocupação de cargos de responsabilidade técnica na administração pública direta e indireta, restringindo tais nomeações exclusivamente a profissional com habilitação específica nas áreas de engenharia, geologia e agronomia. O Senge fez ainda denúncias ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (Crea-RS) para que tome as providências cabíveis.

GO

Diretor do sindicato compõe GT do Confea

O presidente do Senge Goiás, Gerson Tertuliano, durante reunião em 28 de maio último na sede da entidade, informou aos seus dirigentes que o Grupo de Trabalho (GT) de Relações Sindicais, formado no âmbito do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), tem a participação do diretor do Senge Wanderlino Teixeira de Carvalho. O GT foi instalado no dia 24 de abril último, em Brasília, para definir planos, metas e ações a serem desenvolvidas. Segundo Teixeira, que fez um relato das atividades do grupo, o objetivo é “aliar forças com o Sistema Confea/Creas na busca



Teixeira de Carvalho: “Nossos objetivos são aliar forças ao Sistema Confea/Creas na busca da valorização dos profissionais.”

pela valorização dos profissionais”. Conforme ele, até 22 de setembro será elaborado um relatório trazendo as pautas pertinentes ao movimento sindical no âmbito do Confea. Também compõem o GT o conselheiro federal Mário Varela Amorim, os presidentes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima (Crea-RR), Marcos Luciano Camoelas Marques, e do Senge Piauí, Antônio Florentino de Souza Filho, além do vice-presidente do Seesp, Celso Atienza. Brasil Américo Louly Campos, presidente do Senge Distrito Federal, atua como assistente técnico do Confea.

É a primeira vez que um latino-americano dirige organização, que representa mais de 300 centrais

Brasileiro eleito para presidir CSI

Soraya Misleh

Fusão das antigas Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciosl) e da Confederação Mundial do Trabalho (CMT), em 2006, a Confederação Sindical Internacional (CSI) será pela primeira vez presidida por um latino-americano, o brasileiro João Felício – algo inédito não apenas em seus oito anos de existência, mas na história do movimento internacional como um todo. Ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e seu atual secretário de relações internacionais, ele foi eleito por unanimidade no Conselho escolhido pelos 1.500 delegados de 161 países durante o III Congresso daquela entidade, em

Berlim, capital da Alemanha. Sua posse se deu ao encerramento do evento, no dia 23 de maio. Com mandato até 2018, ele terá o desafio de tocar uma série de campanhas junto às mais de 300 centrais sindicais de diversas partes do mundo filiadas à organização, que representam juntas cerca de 180 milhões de trabalhadores – entre elas, além da CUT, as também brasileiras Força Sindical e União Geral dos Trabalhadores (UGT). Nesta entrevista ao **Engenheiro**, Felício fala sobre as ações previstas para sua gestão, os desafios que terá que enfrentar e o porquê de o País ter sido indicado para o comando da CSI.

Por que foi eleito um brasileiro para o comando da CSI?

A CSI tem um sistema de rodízio. A cada mandato, estatutariamente, o presidente é de um continente, esta vez seria a das Américas. Houve um debate tanto dentro da nossa central como de outras brasileiras com a CSA, que é a nossa Confederação Sindical das Américas, de que o Brasil e a CUT deveriam pleitear esse cargo. A partir desse momento, começamos uma campanha mundial para que o presidente fosse um latino-americano do sul, até para abrir a possibilidade de se estabelecer uma relação melhor entre norte e

sul, que, como organização mundial, nas suas instâncias de poder estivessem representados outros povos, culturas, continentes, e no congresso acabei sendo eleito por unanimidade. Eu acho que foi um enorme avanço, porque a CSI se consolida como a maior organização sindical mundial e se diversificou um pouco mais a representação, criando-se um sentido muito mais universal. Como vices, temos a Maria Fernanda Carvalho Francisco, que é de Angola, país que também nunca teve um membro na direção nacional, e o sueco Karl-Petter Thorwaldsson. Isso garante uma unidade interna maior, inclusive para que possamos solucionar e apresentar uma agenda que dê conta dos desafios mundiais que estamos vivendo hoje. Não consigo vislumbrar depois da Segunda Guerra Mundial um período tão difícil como esse. A maioria dos governos, sobretudo na Europa, estabelece aliança com o capital para reduzir direitos, fazendo reformas trabalhistas. O Brasil é um dos países onde isso não tem ocorrido. Há necessidade de uma organização sindical internacional cada vez mais ousada, mais unida internamente e preocupada em estabelecer ações concretas, envolver as suas filiadas em grandes mobilizações de massa. A única forma de nos contrapormos a essas reformas é construir um sindicalismo de luta, de massa, bastante expressivo

e com representatividade, esse é um dos grandes desafios que temos. Aumentar o nosso poder de mobilização, articulação e pressão política é fundamental para quem quer construir um sindicalismo que dê conta das necessidades atuais.

Dentro das Américas, na sua opinião, a escolha do Brasil se deu também porque o País está melhor colocado ou tem maior potencial diante da crise internacional?

Tem a ver com a ousadia da CUT desde sua fundação, mas também com o momento político positivo que estamos vivendo hoje. O Brasil não é mais um espectador do mundo, é protagonista. Seu papel de destaque no cenário internacional acabou favorecendo as centrais brasileiras. As conquistas que tivemos nos últimos dez anos, como valorização do salário mínimo, participação política muito maior de movimentos sociais, negociação coletiva, aumento real para a maioria das categorias profissionais galvanizaram interesse e admiração pelo movimento sindical brasileiro.

Quais as ações concretas que estão sendo pensadas por essa nova gestão?

Primeiro, vamos fazer uma grande campanha mundial junto a todas as centrais sindicais para aumentar a sua representação, no sentido de organizarmos grandes campanhas de abrangência internacional, de taxaço da riqueza, pelo

trabalho decente. Outro desafio é ter um mundo com um projeto alternativo que leve em consideração o meio ambiente, e desenvolvimento sustentável pressupõe também garantia de direitos. Questão ainda é aumentar o poder das mulheres nas organizações sindicais e ao mesmo tempo resolver um gravíssimo problema que existe na maioria dos países, em que elas exercem as mesmas funções que os homens, mas recebem salário menor. É necessário também promovermos formas criativas de participação da juventude na organização sindical. Além disso, valorizar a democracia. Tem outra luta importante que é contra essa globalização nefasta, em que as grandes potências impõem seu projeto via tratados de livre comércio, influenciam governos. Queremos relações comerciais, mas também sociais, garantia de direitos, troca de experiências, senão não vamos construir um país justo e uma sociedade justa. Todas as campanhas da CSI têm que ser abraçadas pelo movimento sindical internacional, servir de referencial importante na luta política.

Qual a primeira iniciativa?

As duas campanhas imediatas são pela taxaço da riqueza e contra a realização da Copa no Qatar (em 2022), porque vemos que está tendo trabalho escravo nas obras.



Beatriz Arruda

João Felício, eleito por unanimidade no conselho escolhido pelos 1.500 delegados que participaram do congresso em Berlim.

Profissionais discutem segurança dos alimentos produzidos com a aplicação de pesticidas

Agrotóxicos: controle ou banimento?

Rosângela Ribeiro Gil

Há um grande debate em curso sobre o uso de agrotóxicos – produtos utilizados na agricultura para controlar insetos, doenças ou plantas daninhas. Em defesa da alimentação saudável, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) lançou, em 2012, campanha elaborada pelos nutricionistas contra o uso excessivo de herbicidas no País, que, desde 2008, é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. No dia 3 de junho último, a entidade realizou, em São Paulo, um debate com especialistas para a elaboração de documento sobre o tema a ser entregue aos candidatos que disputam as eleições em 2014. Na ocasião, o geólogo e advogado Wanderlino Teixeira de Carvalho, com especialização em Engenharia de



Para Andreoli, vice-reitor da UFFS, a saída é optar pela agroecologia.

Especialistas divergem sobre gravidade do uso de substâncias químicas para controle de pragas. Para alguns, basta garantir aplicação adequada; para outros, é suicídio coletivo manter a prática.

Segurança do Trabalho, afirmou serem essas substâncias danosas à saúde humana e recomendou precaução. Ele destacou a importância de fiscalização rígida por parte dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Creas) para coibir irregularidades na prescrição do receituário agrônomo – atribuição de engenheiros agrônomos e florestais e, por força do Decreto 4.560/2002, também de técnicos agrícolas.

O professor José Otávio Machado Menten, coordenador do curso de Engenharia Agrônoma do Departamento de Fitopatologia e Nematologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), afirma que a segurança

desses produtos é total. Entretanto, se mal administrados ou aplicados em excesso, podem causar a contaminação do solo, da água e da vegetação, além de causar sérios problemas aos consumidores, o que reforça a preocupação levantada por Carvalho. Coordenador de um Grupo de Trabalho (GT) no Crea-SP sobre receita agrônoma, segundo ele estão em discussão várias propostas para garantir maior controle, entre elas a de uma certificação específica, por um período determinado, com a qual o profissional estará habilitado a prescrever os agroquímicos. Ele evidencia a importância e responsabilidade da habilitação: “O engenheiro agrônomo, nesse caso, é uma espécie de ‘médico’ do nosso alimento”, diz. Além de escolher o produto seguro e correto, o profissional deve pensar que quem vai aplicar não pode se expor, o que exige orientação de segurança de manuseio e implica utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs).

Mudar de paradigma

Para o vice-reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), de

Santa Catarina, e membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Antônio Inácio Andrioli, a saída está na mudança de paradigma da produção de alimentos hoje em vigor no Brasil. Segundo ele, o agrotóxico é uma invenção para atender ao que se intitulou “Revolução Verde”, que se tratou de “uma organização conservadora da agricultura baseada na monocultura, que padroniza as plantas e faz com que elas sejam cada vez mais suscetíveis aos ataques de insetos”. É o que acontece, explica, em grandes extensões de terras nacionais, com o plantio, em períodos longos de quase 40 anos, de soja, milho, algodão e trigo. Além disso, para Andrioli, é obrigatório relacionar a questão dos organismos geneticamente modificados (OGMs) aos herbicidas. “Desde que começamos a plantar transgênicos, há dez anos, o consumo dessas substâncias químicas aumentou e muito.” E lembra que as mesmas empresas que produzem os OGMs fazem os agrotóxicos. “Elas faturam duplamente”, ressalta. Por isso, defende a produção agroecológica, definida por ele como a agricultura do futuro, com menos custo, melhor remuneração do trabalho e oferecendo um alimento saudável. Para reforçar seu argumento, Andrioli recorre à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) que, segundo ele, em seus documentos atuais, já na gestão do brasileiro José Graziano da Silva, diz que a única forma de construir uma agricultura sustentável é com a familiar e camponesa, usando a agroecologia.

Andrioli contabiliza que a agricultura nacional utiliza, por ano, oficialmente, 1 bilhão de litros desses produtos. “Se dividirmos isso pela nossa população, temos cinco litros por habitante/ano. Podemos também dizer que isso significa um valor de

R\$ 8 bilhões que se gasta anualmente em produtos que são prejudiciais à saúde e ao meio ambiente”, dispara.

Para Menten, o professor da Esalq, a situação não é tão assustadora. Ele argumenta que graças ao aprimoramento dos produtos, nos últimos 40 anos, a dose de agrotóxicos que se coloca por hectare no País foi reduzida em quase 90%, e a toxicidade média desses produtos diminuiu mais de 160 vezes. E defende categoricamente: “Os agrotóxicos são essenciais para manter ou aumentar o nível atual de produção de alimentos.” As pragas, informa, destroem ou causam danos em 42% das plantações em todo o mundo.

Na avaliação do vice-reitor da UFFS, a falha está em não se investir em pesquisa para a produção agroecológica, “que tem menos externalidades ambientais e sociais” e pode aumentar a produtividade em médio e longo prazos. “A humanidade continuará passando fome se prosseguir usando agrotóxicos, porque eles aumentam o custo da produção, a concentração da terra, o êxodo rural e o endividamento dos agricultores familiares e camponeses”, critica.

Divulgação



Agrotóxicos são essenciais à produção, defende Menten, da Esalq.